

ACTA N.º 3

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 08 DE FEVEREIRO DE 2007:-----

----- No dia oito de Fevereiro do ano dois mil e sete, nesta cidade de Mealhada, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal, com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e dos Senhores Vereadores, José Carlos Calhoa Morais, António Jorge Fernandes Franco, Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques. -----

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia coadjuvada pela Técnica Superior de 1ª Classe, Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 14,30 horas, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1) O Senhor Vereador Breda Marques tomou a palavra para propor a aprovação de um Voto de Pesar pela morte do Senhor Padre Abílio, tendo lido a seguinte intervenção: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

Ao termos conhecimento da morte inesperada e súbita do Senhor Padre Abílio Duarte Simões, os Vereadores do PSD vêm por este meio demonstrar o mais profundo pesar pelo seu desaparecimento. ----

O Senhor Padre Abílio deixa em cada um de nós saudade mas também reconhecimento. Ao longo de 32 anos, como pároco da Mealhada e da Vacariça, desempenhou o seu papel e responsabilidades com profunda convicção e humildade cristãs, sendo exemplo vivo da mensagem que difundia. Adoptou e foi adoptado pelo concelho da Mealhada e foi o pilar, o maior impulsionador, da construção da Igreja Paroquial da Mealhada, onde empenhou muito mais que energias. Construção essa que constituiu, de facto e de direito, a paróquia da Mealhada (que foi até 1992 uma reitoria). -----

Não podemos deixar ainda de lembrar o Senhor Padre Abílio como um colaborador assíduo da imprensa do concelho e da região. No Jornal da Mealhada, onde foi redactor e sócio mas também (em quase todas) as publicações da região. -----

Quem não se deliciava - ou incomodava - com os seus artigos de opinião? Sabia com eles deixar a cada um de nós uma mensagem, um aviso, um alerta, uma crítica, uma repreensão, um elogio. Muitas vezes

estas mensagens descortinava-as apenas o seu destinatário, entre as linhas de cada palavra que escrevia. Tinha também este dom o Senhor Padre Abílio: o dom da palavra escrita. -----

Assumindo posições de crítica, de ruptura com o que considerava injusto ou errado, manteve sempre uma posição de coerência com o que acreditava, mesmo que nem todos concordassem com isso. -----

Foi professor de muitos de nós ou de filhos e netos de outros. Também aí merece o nosso reconhecimento. Com certeza de que nos deixou ensinamentos que não esqueceremos ao longo da nossa vida. -----

Não o conhecemos de outra forma que não fosse a de se encontrar sempre disponível para o concelho, para a sua população e para os seus paroquianos. Sinal também desta sua disponibilidade é o facto de o conhecermos como sócio e colaborador de inúmeras instituições do concelho. -----

Por tudo isto, e muito mais, que certamente aqui não terá sido dito, o Senhor Padre Abílio deixa no concelho da Mealhada a sua marca, os seus pilares, o seu carinho, as suas gentes e assim a saudade, palavra com a qual ele saberia certamente construir bonitas frases que melhor transmitissem estes momentos. -----

Os Vereadores do P.S.D. (Gonçalo Breda Marques, João Oliveira Pires e Carlos Marques). -----

Os restantes membros do Executivo Municipal associaram-se à homenagem, tendo a Câmara aprovado, por unanimidade, um Voto de Pesar, pela morte do Senhor Padre Abílio. O Senhor Presidente informou que, logo que tomou conhecimento da notícia do falecimento do Senhor Padre, mandou colocar a bandeira do Município a meia haste até ao dia do funeral, em tributo à memória do Senhor Padre Abílio Simões, Arcipreste do Arciprestado da Mealhada. Sugeriu ainda que se transmita o voto de pesar à Família e ao Senhor Bispo de Coimbra. -----

2) O Senhor Vereador Breda Marques interveio mais uma vez para referir que a aquisição do Cine-Teatro do Luso parecia ser uma prioridade para o Executivo, neste ano, dada a previsão da verba em orçamento para esse efeito, mas ao verificar que o edifício tem colocado um aviso de venda, disse temer que o mesmo venha a ser adquirido por particulares. O Senhor Presidente esclareceu que a Câmara está interessada na aquisição do imóvel e que se encontra em negociações. -----

3) O Senhor Vereador Breda Marques retomou a palavra para salientar que a Sociedade da Água do Luso informou a Câmara que tinha intenção de apresentar novos projectos para dinamização das termas do Luso, e até agora não cumpriu essa promessa com que “embalou” a Câmara. O Senhor Presidente retorquiu que apesar de ter boas relações com a SAL, a mesma não o “embala” e esclareceu que soube ter havido um atraso na entrega do projecto à SAL pela empresa responsável pela sua

elaboração, mas que isso deverá acontecer a 2 ou 3 de Março, segundo lhe foi comunicado pela própria administração da empresa. -----

4) O Senhor Vereador Breda Marques interveio mais uma vez dizendo ter verificado, ao passar pelo local, que as obras da Extensão de Saúde do Luso se encontram paradas. O Senhor Presidente disse ter informação em sentido contrário, embora não garanta qualquer informação sobre esta construção uma vez que ela não é da responsabilidade da Câmara Municipal mas sim da Administração Regional de Saúde. O Senhor Vereador António Franco interveio a propósito deste assunto, dizendo ter contactado os responsáveis para saber o que se passava e que foi informado que as “paragens” da obra não põem em causa a sua conclusão no prazo fixado acrescido de eventuais prorrogações legais. -----

5) O Senhor Vereador Breda Marques felicitou os eleitos para os corpos sociais dos Bombeiros da Mealhada, desejando-lhes um bom trabalho e sucessos à frente desta instituição, que passou por um período conturbado. -----

6) Dirigiu-se aos presentes o Senhor Vereador João Pires referindo ter tomado conhecimento pela comunicação social de que o horário da “consulta aberta” vai ser restringido e perguntado se o Senhor Presidente teve conhecimento. O Senhor Presidente salientou que também teve conhecimento dessa notícia, a título não oficial de que o Senhor Director do Centro de Saúde da Mealhada estaria a preparar essa redução de horário, e que já manifestou à Administração Regional de Saúde do Centro o seu descontentamento, pois o horário da consulta foi definido pela própria ARS e nada justifica a sua redução dado o número de doentes que atende diariamente. O Senhor Vereador João Pires perguntou se a Câmara tem a intenção de tomar alguma medida, ao que o Senhor Presidente respondeu que já transmitiu o seu protesto ao Senhor Presidente da ARS – Centro e que tem esperança que não se concretize essa redução de horário, e que caso tal não se verifique, será um pesado prejuízo para a população. -----

O Senhor Vereador Breda Marques manifestou a sua preocupação com o encerramento de serviços públicos essenciais para a qualidade de vida das populações, referindo que há que responsabilizar por uma atitude passiva, alguns autarcas e alguns deputados municipais, que se manifestaram frontalmente contra o encerramento do SAP, mas que depois nem sequer participaram na vigília de protesto. O Senhor Presidente perguntou que tipo de medidas os Senhores Vereadores entendiam que deveriam ter sido adoptadas e se na opinião dos mesmos as “vigílias”

costumam ter algum impacto. O Senhor Vereador Breda Marques respondeu que a estratégia do silêncio também não funciona, tendo retorquido o Senhor Presidente que o Senhor Vereador fugiu à pergunta. -----

7) O Senhor Vereador Carlos Marques pediu a palavra para dar conta do facto de ter sido informado que o Centro de Assistência Paroquial da Pampilhosa apresentou na Câmara um projecto para ampliação do lar de idosos e que, de acordo com o que lhe foi transmitido, o processo não tem decorrido com a celeridade desejada. O Senhor Presidente retorquiu que com a legislação vigente no País é impossível haver celeridade nos licenciamentos mas que por parte da Câmara Municipal tem sido dada a melhor atenção. O Senhor Vereador Calhoa Morais interveio, na qualidade de responsável pelo Pelouro, referindo que o processo está “encravado” desde o início e que realizou uma reunião com a Direcção para definir o caminho a seguir para ultrapassar os problemas. Disse ter sido necessário efectuar algumas alterações, o que já foi feito pelo Arquitecto autor do projecto e que de seguida o processo foi remetido para a Delegação de Saúde para emissão de parecer, onde se encontra. -----

8) O Senhor Vereador Carlos Marques interveio ainda a propósito do Mercado Municipal da Pampilhosa, referindo que uma concessionária de uma loja do interior do mercado lhe disse que a porta principal do mercado está sempre fechada, o que prejudica o negócio, e que a mesma solicitou ao funcionário que abrisse a porta e que este lhe respondeu que a porta era mesmo para estar fechada. O Senhor Presidente respondeu ter a ideia de que o encerramento da porta principal foi uma pretensão dos próprios lojistas, há já alguns anos para impedir a entrada de intrusos que vandalizavam o local. -----

9) O Senhor Vereador Carlos Marques continuou a usar da palavra tendo referido que lhe parece existir alguma dificuldade na venda dos lotes da Zona Industrial da Pedrulha. O Senhor Presidente retorquiu que não têm existido quaisquer dificuldades na venda dos lotes, pois até agora tem havido mais interessados que lotes disponíveis e que o que se passou recentemente foi que duas empresas que se candidataram e obtiveram lotes não conseguiram cumprir os prazos para celebração das escrituras de compra e venda, por razões não imputáveis à Câmara, pelo que os lotes foram de novo postos a concurso que está a decorrer, conforme o Regulamento pela Câmara e Assembleia Municipal. -----

10) O Senhor Vereador Carlos Marques fez ainda uma breve intervenção sobre o facto de os assuntos que são tratados no período de antes da Ordem do Dia, serem

discutidos sem a presença do público, apesar de se tratar de uma reunião pública. O Senhor Presidente disse para o Senhor Vereador verificar o teor da deliberação aprovada há alguns meses pela Câmara Municipal sobre esse assunto, tendo referido ainda que também há alguns assuntos, que pela sua reserva, há toda a conveniência que sejam discutidos sem a presença do público. O Senhor Vereador Calhoa Morais disse também não compreender porque razão é que os assuntos que já foram analisados, o deveriam ter sido na presença dos jornalistas, no entendimento do Senhor Vereador Carlos Marques. -----

11) O Senhor Vereador Calhoa Morais congratulou-se com a celebração do protocolo entre a Misericórdia da Mealhada e a Administração Central para a utilização do Hospital da Mealhada para cirurgias, tendo dito que se trata de um aspecto positivo, sublinhando que não se pode só falar daquilo que é mau. -----

12) O Senhor Vereador Calhoa Morais interveio ainda manifestando a sua preocupação com o projecto de instalação de uma unidade de tratamento mecânico-biológico na freguesia de Vil de Matos, a 2 quilómetros de Adões e a 4 de Vil de Matos. Disse estar preocupado com a população residente e que embora não pretenda fazer grande alarido sobre o assunto, se a intenção vier a ser concretizada a Câmara deveria tomar uma posição sobre o assunto, até porque faz parte da ERSUC. O Senhor Vereador António Franco esclareceu que na última reunião que se realizou foi discutida a questão da localização desse equipamento, num local mais a norte e outro, num local mais a sul, junto a Coimbra. Disse ter existido alguma unanimidade no sentido de se concluir que será muito menos oneroso construir uma única unidade. Explicou ainda que a localização inicial foi prevista para Águeda, com a concordância da Autarquia, mas que alguns discordaram porque pretendiam a instalação de uma unidade nos seus próprios municípios. Ficou decidido que se iria fazer um estudo sobre a decisão a tomar, não havendo ainda nada de definitivo. -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, para produção de efeitos imediatos, aprovar a acta da reunião anterior (acta n.º 2), após se ter procedido à sua leitura e a algumas correcções.-----

2. MERCADO MUNICIPAL DE PAMPILHOSA – ARREMATAÇÃO DA LOJA A – HASTA PÚBLICA. -----

O Senhor Presidente perguntou se algum dos presentes na sala pretendia intervir na hasta pública e tendo verificado que não havia quaisquer interessados, mas apenas jornalistas, pelo que a hasta pública foi considerada deserta. -----

3. ADESÃO À ASSOCIAÇÃO COIMBRA REGIÃO DIGITAL (A.C.R.D.) -----

A Câmara analisou a proposta apresentada pela Senhora Vice-Presidente, que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA N.º 03/2007-----

Considerando a necessidade de promoção de uma Sociedade do Conhecimento para todos, reforçando a coesão digital e a presença universal; -----

Considerando a necessidade de melhoria de qualidade e eficiência dos serviços públicos, a racionalização de custos e a promoção da transparência; -----

Considerando a necessidade de reforçar os níveis de qualidade de cidadania, melhorando o funcionamento da democracia através de uma maior participação dos cidadãos; -----

Considerando a necessidade de promover conteúdos, aplicações e serviços com valor para a sociedade, no sentido de consolidação da Sociedade do Conhecimento no território; -----

Considerando a necessidade de apostar na Inovação Integrada em TIC como vector central de aumento de competitividade e valor empresarial; -----

Foi desenvolvido, ao abrigo do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, o Projecto Coimbra Região Digital, que visa, numa lógica de articulação integrada entre os diferentes actores regionais (instituições, municípios e empresas) melhorar a qualidade dos serviços públicos locais, incentivar a criação de conteúdos de base regional e melhorar a qualidade das infraestruturas de acessibilidade regional à Sociedade da Informação e do Conhecimento. -----

Assim, numa lógica de integração, proponho que a Câmara manifeste a intenção de vir a aderir à Associação Coimbra Região Digital, região digital que cobre o espaço territorial onde o concelho da Mealhada está inserido. -----

A proposta formal de Adesão, deverá, em momento oportuno, voltar à reunião de Câmara para posteriormente ser remetido à Assembleia Municipal. -----

Mealhada, 02 de Fevereiro de 2007. -----

A Vice-Presidente (Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro). -----

O Senhor Presidente esclareceu que a Câmara deverá deliberar apenas sobre a intenção de vir aderir no futuro à associação, uma vez que a adesão formal só poderá ocorrer quanto exista rubrica orçamental que suporte os encargos resultantes da adesão, o que no momento não se verifica. -----

A Senhora Vice-Presidente tomou a palavra para dizer que a Câmara Municipal de Mealhada inicialmente manifestou a intenção de pertencer à rede digital de Aveiro, mas como a Câmara Municipal de Anadia não aderiu à “Aveiro Digital”, a Mealhada ficou isolada e impossibilitada de o fazer, por ausência de contiguidade geográfica. Por essa razão logo que foi apresentada esta candidatura no âmbito do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, não houve qualquer hesitação, já que era a única alternativa. Acrescentou que a candidatura apresentada foi objecto de várias reformulações e acabou por ser aprovada no final do ano passado. Frisou que a adesão da Câmara Municipal de Mealhada se reveste de grande importância uma vez que são infra-estruturas necessárias e indispensáveis para desenvolver tecnologicamente o Concelho. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a intenção de vir a aderir formalmente à Associação Coimbra Região Digital, quando estiverem reunidas as necessárias condições ao nível orçamental. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

4. CERTIFICADOS DE REGISTO DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA – TAXA MUNICIPAL. -----

A Câmara Municipal analisou a seguinte proposta: -----

PROPOSTA n.º 02/2007 -----

Na sequência da informação n.º 06/DAJ/2007, propõe-se, ao abrigo das disposições conjugadas do art.º 64.º, n.º 6, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e art.º 4.º, n.º 2 da Portaria n.º 1637/2006, a fixação das seguintes taxas: -----

- Pela emissão do Certificado de registo – 3,50 € -----

- Pela emissão de 2.ª via do Certificado – 3,75 € -----

Às taxas municipais acrescem as previstas no art.º 3.º da citada portaria (7 € pela emissão do Certificado de Registo, e 7,50 €, pela 2.ª via do mesmo). -----

O montante correspondente a 50% da taxa fixada pela portaria reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e os restantes 50% para a Câmara Municipal. O produto da cobrança da taxa municipal reverte na totalidade para a Câmara Municipal, conforme se estabelece na Cláusula 4.º do Protocolo celebrado entre o SEF e a ANMP, em 27/09/2006. -----

Mealhada, 02 de Fevereiro de 2007. -----

O Presidente da Câmara (Carlos Alberto da Costa Cabral). -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra, e remeter o assunto à consideração da Assembleia Municipal, nos termos das disposições

conjugadas do art.º 53.º, n.º 2, alínea e), e 64.º, n.º 6, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

5. AQUISIÇÃO DE LOTES NA ZONA INDUSTRIAL DA PEDRULHA. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 29 de Janeiro de 2007, que aprovou a abertura de concurso público para alienação dos lotes 7 e 8 da Zona Industrial da Pedrulha, uma vez que as empresas às quais os mesmos haviam sido atribuídos na sequência de concurso público, não celebraram a escritura pública no prazo que lhes foi fixado, conforme consta na informação da mesma data da Senhora Técnica Superior, Olga Costa. -----

6. ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA DE TERRENOS - INFORMAÇÃO. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento da celebração da escritura de compra e venda n.º 02/2007, de 19/01/07, de nua propriedade e usufruto de uma parcela de terreno com a área de 2330 m2, ocupada aquando da realização da obra de “Beneficiação da E.N. 234”, de um prédio misto inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Mealhada, sob o n.º 2096, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mealhada sob o n.º 619, propriedade de Francisco Manuel Alegre Pires Santos e de Joana Maria Alegre Pires Santos, do qual é usufrutuária Maria Joana Pereira Alegre Pires Santos, casada no regime de comunhão de adquiridos com Manuel Joaquim de Melo Pires Tavares Santos, residentes na Quinta do Murtal, pelo valor de 34.018,00 €. -----

7. PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL DE BARRÔ - INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal analisou a informação da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, datada de 02 de Fevereiro de 2007, sobre o assunto mencionado em epígrafe, tendo deliberado, por unanimidade, nos termos previstos na mesma, remeter a proposta de plano à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para emissão de parecer nos termos do n.º 10 do art.º 75.º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo DL n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, tendo em vista a realização do período de discussão pública. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

O Senhor Vereador Breda Marques interveio para manifestar o seu contentamento com o facto de a área de localização empresarial de Barrô estar a avançar, ainda que

seja só no “papel”. Disse que a intenção inicial era a de esta área ser criada ao mesmo tempo da Zona Industrial da Pedrulha, mas que a sua concretização está mais atrasada. -----

O Senhor Presidente respondeu que a Zona Industrial da Pedrulha até está mais atrasada do que a de Barrô, no sentido de que a ZIP ainda não passou por esta fase. Disse ainda que a Câmara, no caso de Barrô, não podia ter feito o loteamento industrial não só porque tal possibilidade não estava prevista no PDM, mas também porque os terrenos não pertencem à Câmara, mas a particulares. -----

8. MATA NACIONAL DO BUÇACO. -----

O Senhor Presidente informou que na passada terça-feira o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas presidiu a uma reunião na Mata do Buçaco, à qual compareceu a convite do Senhor Secretário de Estado, bem como o Presidente da Câmara Municipal de Penacova e os autores do projecto, da Universidade de Aveiro. Esclareceu que nessa reunião foi possível ver uma parte dos projectos já elaborados para recuperação das estufas e para criação do centro de educação ambiental, que vai ter um auditório e um quiosque para venda de materiais promocionais alusivos à Mata. No início estava prevista a construção do centro na área das antigas cavalariças mas agora optou-se por outro local, onde existem umas garagens que vão ser transformadas. Está ainda a ser feito o projecto para os novos trilhos e sinalética, recuperação da Casa das Portas de Coimbra entre outros trabalhos. Participam na elaboração dos projectos de execução, além da Universidade de Aveiro, a Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Instituto Superior de Agronomia e outras entidades estatais. O Senhor Presidente disse ainda estar prevista a criação de um centro de alojamento para pessoas que estejam a fazer doutoramentos ou trabalhos de investigação, na Casa das Portas de Coimbra, que também já tem o projecto de recuperação em elaboração. Acrescentou que o projecto global foi dividido em três ou quatro projectos, o que vai permitir um andamento mais rápido de todos eles segundo a calendarização apresentada. Em Abril próximo iniciar-se-ão os procedimentos do concurso, estando o início das obras previsto para Agosto deste ano, esperando-se que estejam concluídas no final do ano. O Senhor Presidente informou que para estas empreitadas há uma dotação comunitária de um milhão e trezentos mil euros, que corresponde a 75% do custo global das obras. Disse ainda que alguns trabalhos já estão em curso, nomeadamente os de limpeza do perímetro florestal, para evitar a propagação de incêndios. O Senhor Presidente concluiu a sua

intervenção, dizendo que todos devem ficar satisfeitos com aquilo que está a ser concretizado e que foi prometido por vários Governos e só agora está a ser cumprido. O Senhor Vereador Breda Marques agradeceu ao Senhor Presidente o agendamento deste assunto e disse estar satisfeito com o facto de o Governo actual ter honrado os compromissos do Governo anterior, quando previu essa verba para a Mata do Buçaco. Acrescentou que a Mata precisa urgentemente dessa obra e de outras. Fez ainda referência ao facto de os Vereadores da Oposição terem sido informados na reunião sobre este assunto, quando na sua perspectiva teria sido oportuno que tivessem sido informados da deslocação de um membro do Governo ao Concelho. Frisou que tem acontecido de forma recorrente serem informados sempre depois das coisas se terem passado, e solicitou ao Senhor Presidente que, no futuro, lhes seja dado conhecimento com alguma antecedência. -----

O Senhor Presidente referiu desconhecer se o Governo anterior disponibilizou ou não a verba, mas que o que sabe com toda a certeza é que foi na unidade de gestão destes fundos comunitários de Setembro de 2006 que o investimento foi aprovado. Frisou estar contente com a decisão, seja ela da responsabilidade de que Governo for e que não há dúvida de que o Governo actual assumiu aquilo que outros não assumiram e que tudo se arrasta há mais de 16 anos. O Senhor Presidente esclareceu ainda que o Senhor Secretário de Estado não visitou o Concelho, mas apenas a Mata e o perímetro florestal, o convidou para estar presente na reunião e tendo perguntado ao Senhor Vereador Breda Marques se achava correcto que tivesse por sua iniciativa convidado os Vereadores, fossem eles da oposição ou não. O Senhor Vereador respondeu que teria bastado uma informação ao Executivo. O Senhor Presidente reafirmou a sua posição, referindo que não pode informar previamente o Executivo de todas as iniciativas que realiza e de todos os convites que recebe porque isso é absolutamente impraticável. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques tomou a palavra e disse ser uma manobra de diversão estar-se a tentar atribuir a paternidade do investimento, pois todos sabem que a verba estava programada no Governo anterior. Disse estar satisfeito com a realização das obras mas não com o montante do investimento. Sobre a questão da comunicação aos Vereadores da deslocação de membros do Governo ao Concelho de Mealhada, disse que a mesma já foi colocada por diversas vezes, nomeadamente aquando da visita do Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território. O Senhor Presidente respondeu ser legítimo que lhe perguntem o que se passou na

reunião mas disse não concordar que tenha de informar a Câmara formalmente quando o convidam para reuniões que não são de sua iniciativa. Acrescentou ainda se tal facto fosse verdade ter sido muito positivo que os compromissos do Governo anterior tenham sido assumidos pelo actual Governo, porque já aconteceu, no que se refere à Mealhada, não terem sido honrados compromissos de governos anteriores com grandes prejuízos para o Município, como aconteceu em 2002. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais interveio para referir que a requalificação da Mata do Buçaco era um desígnio municipal e para manifestar a sua satisfação pelo facto de alguma coisa já estar a ser feita, e fez votos para que seja desta vez que a obra seja concluída. Acrescentou que mais importante não é saber quem programou ou não, o importante é que a obra se faça para bem do Concelho. -----

AUSÊNCIA DA SENHORA VICE-PRESIDENTE - A Senhora Vice-Presidente ausentou-se da reunião às 16H40, para participar numa reunião em representação do Município. -----

O Senhor Vereador António Franco fez também uma breve intervenção sobre este assunto, tendo sublinhado que o importante é que as obras vão ter início, que os projectos estão entregues a técnicos de qualidade e que houve alguém que teve coragem para dar instruções para que as coisas pudessem avançar. Acrescentou que todos lutaram para que as obras fossem uma realidade e por isso todos estão de parabéns. -----

9. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. -----

O Senhor Vereador Breda Marques pediu a palavra e esclareceu que os Vereadores do PSD pediram o agendamento deste ponto porque é consensual que é urgente avançar com a revisão do PDM da Mealhada. Acrescentou que pretendiam saber o ponto de situação do processo. O Senhor Presidente disse que foi já no mandato anterior que foi tomada a decisão de rever o PDM, tendo os trabalhos tido o seu início em 2001, embora o PDM tenha feito dez anos de vigência em 2004. O Senhor Presidente frisou que o processo está em curso há quase de 5 anos, e que, atendendo à legislação vigente sobre a matéria, até se está a andar muito depressa, dadas as cargas burocráticas e “extremismos” burocráticos nomeadamente em alguns aspectos das áreas do ambiente, do ordenamento e outras. Mais facilmente se altera o traçado de uma auto-estrada por causa de uma alcateia de cinco lobos desperdiçando-se milhões de euros, do que se deixa um qualquer cidadão construir o seu próprio “ninho”

em área de Reserva Ecológica Nacional, a qual é muitas vezes definida da forma arbitrária que todos sabem. -----

De seguida o Senhor Presidente informou os Senhores Vereadores de que poderiam colocar as questões que entendessem ao Senhor Técnico Superior Urbanista, Dr. Hugo Fonseca, que estava presente na reunião para esse efeito, já que o PDM tem essencialmente uma componente técnica, muito mais do que política. -----

O referido técnico fez uma resenha cronológica de todas as fases por que passou o processo de revisão do PDM e informou os presentes sobre o ponto em que o mesmo se encontra nesta data. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que as explicações dadas pelo Dr. Hugo foram muito proveitosas porque vieram acrescentar muita informação importante à que já detinham. Acrescentou que na sua opinião a informação deveria ser divulgada aos Presidentes das Juntas de Freguesia e à população em geral. O Senhor Presidente concordou que pode ser feita mais alguma divulgação, embora tenha frisado ser difícil explicar tudo aquilo que o Dr. Hugo transmitiu, ao cidadão comum, porque se trata de uma matéria muito técnica. O Senhor Presidente disse que ainda assim o Dr. Hugo iria elaborar um resumo sobre o ponto da situação do PDM, acessível a todos, para ser publicado no Boletim Municipal. -----

10. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos por despachos do Senhor Vereador Calhoa Morais proferidos de 25 de Janeiro de 2007 a 07 de Fevereiro de 2007, no exercício das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara no Despacho n.º 09/2006, de 20 de Março de 2006. -----

----- E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 17 horas e 05 minutos. Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____, *Cristina Maria Simões Olívia*, secretária das reuniões da Câmara Municipal, nomeada por Despacho n.º 35/2005, de 24/10/2005, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.
